

TERRITORIALIDADES, CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E PERSPECTIVAS DE LUTA

**TIAGO SIQUEIRA REIS
EVÂNIO MASCARENHAS PAULO
ORG.**

Tiago Siqueira Reis
Evânio Mascarenhas Paulo
Organizadores

**Territorialidades, conflitos
socioambientais e perspectivas de
luta**



Pantanal Editora

2025

Copyright© Pantanal Editora

Editor Chefe: Dr. Alan Mario Zuffo

Editores Executivos: Dr. Jorge González Aguilera e Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora. **Diagramação e Arte:** A editora. **Imagens de capa e contracapa:** Canva.com e Microsoft Copilot. **Revisão:** O(s) autor(es), organizador(es) e a editora.

Conselho Editorial

Grau acadêmico e Nome

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Profa. MSc. Adriana Flávia Neu
Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior
Profa. MSc. Aris Verdecia Peña
Profa. Arisleidis Chapman Verdecia
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva
Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo
Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu
Prof. Dr. Carlos Nick
Prof. Dr. Claudio Silveira Maia
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos
Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva
Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos
Prof. MSc. David Chacon Alvarez
Prof. Dr. Denis Silva Nogueira
Profa. Dra. Denise Silva Nogueira
Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão
Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves
Prof. Me. Ernane Rosa Martins
Prof. Dr. Fábio Steiner
Prof. Dr. Fabiano dos Santos Souza
Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez
Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles
Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira
Prof. MSc. Javier Revilla Armesto
Prof. MSc. João Camilo Sevilla
Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales
Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski
Prof. MSc. Lucas R. Oliveira
Prof. Dr. Luciano Façanha Marques
Profa. Dra. Keyla Christina Almeida Portela
Prof. Dr. Leandris Argentele-Martínez
Profa. MSc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann
Prof. MSc. Marcos Pisarski Júnior
Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos
Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla
Profa. MSc. Mary Jose Almeida Pereira
Profa. MSc. Núbia Flávia Oliveira Mendes
Profa. MSc. Nila Luciana Vilhena Madureira
Profa. Dra. Patrícia Maurer
Profa. Dra. Queila Pahim da Silva
Prof. Dr. Rafael Chapman Auty
Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke
Prof. Dr. Raphael Reis da Silva
Prof. Dr. Renato Jaqueto Goes
Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo (*In Memoriam*)
Profa. Dra. Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos
Prof. Dr. Tayronne de Almeida Rodrigues
Prof. Dr. Ugur Azizoglu
Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca
Prof. MSc. Wesclen Vilar Nogueira
Profa. Dra. Yilan Fung Boix
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

Instituição

OAB/PB
Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
UO (Cuba)
IF SUDESTE MG
Facultad de Medicina (Cuba)
ISCM (Cuba)
UFESSPA
UEA
UNEMAT
UFV
AJES
UFGD
UEMS
IFPA
UNICENTRO
IFMT
UFMG
URCA
ISEPAM-FAETEC
IFG
UEMS
UFF
(Colômbia)
UNAM (Peru)
IFRR
UCG (México)
Rede Municipal de Niterói (RJ)
UNMSM (Peru)
UFMT
SED Mato Grosso do Sul
UEMA
IFPR
Tec-NM (México)
Consultório em Santa Maria
UFJF
UEG
FAQ
UNAM (Peru)
SEDUC/PA
IFB
IFPA
UNIPAMPA
IFB
UO (Cuba)
UFMS
UFPI
UFG
UEMA
IFB
Sec. Mun. de Educação, Cultura e Tecnologia de Araripe
Universidade Kayseri, Türkiye
UFPI
FURG
UO (Cuba)
UFT

Conselho Técnico Científico
- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Catálogo na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

T327

Territorialidades, conflitos socioambientais e perspectivas de luta / Organização de Tiago Siqueira Reis, Evânio Mascarenhas Paulo. – Nova Xavantina-MT: Pantanal, 2025.
264p. ; il.

Livro em PDF

ISBN 978-65-85756-48-8

DOI <https://doi.org/10.46420/9786585756488>

1. Território. 2. Geografia política. I. Reis, Tiago Siqueira (Organizador). II. Paulo, Evânio Mascarenhas (Organizador). III. Título.

CDD 320.12

Índice para catálogo sistemático

I. Território



Nossos e-books são de acesso público e gratuito e seu download e compartilhamento são permitidos, mas solicitamos que sejam dados os devidos créditos à Pantanal Editora e também aos organizadores e autores. Entretanto, não é permitida a utilização dos e-books para fins comerciais, exceto com autorização expressa dos autores com a concordância da Pantanal Editora.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br

Apresentação

A região amazônica terá centralidade na obra, no entanto, procuraremos apresentar ao leitor trabalhos que tratem de assuntos mais gerais que estejam relacionados a Territorialidades, Conflitos Socioambientais e Perspectivas de Lutas, como por exemplo, debates teóricos e metodológicos, estudos e ensaios sobre ecologia política, mudanças climáticas, agronegócio, agroecologia, povos tradicionais, capitalismo e meio ambiente, reforma agrária, mineração, garimpo, saúde, bem como todos aqueles assuntos que impactam diretamente na vida das populações da região da Amazônia brasileira e internacional. A ideia é gerar reflexões que conectem a Amazônia aos debates mais gerais e estes a Amazônia. Portanto, não é obrigatório o texto trabalhar especificamente sobre a Amazônia.

Sumário

Apresentação	4
Capítulo 1	6
Saúde e Controle Social na Amazônia: Espaços a Ocupar	6
Capítulo 2	16
El desconcierto del neoliberalismo latinoamericano.....	16
Capítulo 3	31
Desafios políticos, epistêmicos e metodológicos do mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil.....	31
Capítulo 4	62
Geografia do narcotráfico e facções do crime organizado na Amazônia.....	62
Capítulo 5	76
Marxism and the environment: the issues	76
Capítulo 6	100
Identificação de forçantes socioambientais atuantes no aumento de vulnerabilidades em comunidades da Bacia Amazônica	100
Capítulo 7	126
Mineração em terras indígenas: quatro lentes conceituais para contribuir com o debate no Brasil.....	126
Capítulo 8	139
As cerimônias rituais do noroeste amazônico: na perspectiva da sustentabilidade do patrimônio territorial ..	139
Capítulo 9	157
Conflitos socioterritoriais e pandemia de Covid-19.....	157
Capítulo 10.....	179
Como deter o trem do progresso? O Fórum Social da Pan- Amazônia e as lutas sociais (2002-2014)	179
Capítulo 11.....	192
Ecosocialismo, uma proposta concreta.....	192
Capítulo 12.....	213
America Latina: la Simplificación Territorial.....	213
Capítulo 13.....	238
A criminalização da homofobia no Brasil: a ADO 26 e a omissão legislativa	238
Capítulo 14.....	249
A geografia em ruínas dos grandes projetos na Amazônia: a mineração e os processos de territorialização de exceção	249
Índice Remissivo.....	263
Os organizadores	264

Ecosocialismo, uma proposta concreta

Recebido em: 21/01/2025

Aceito em: 25/05/2025

 10.46420/9786585756488cap11

Arlindo Rodrigues 

INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

A sociedade defronta-se, no início do século XXI, com uma grave crise socioecológica que a coloca diante de uma bifurcação. De um lado, há o modelo atual regido pela ética do capital e pela busca do lucro, em que as grandes corporações, dominadas pelas organizações financeiras, são as condutoras, e que pressupõe que tudo é mercadoria, inclusive a vida, em todos os seus sentidos. A outra opção se orienta pela construção de uma nova ética de civilização, socialmente justa, ambientalmente integrada e solidária, em que a lógica do lucro é substituída por uma orientação regida pelo bem viver de todos os seres, uma opção antagônica ao caminho anterior.

O transtorno socioecológico da primeira opção é que, nela, a preservação das vidas Humanas e não Humanas está subjugada à orientação do lucro. Essa alternativa se guia por um conjunto de valores que considera os seres vivos como insumos necessários ao processo de geração de riqueza. Por um lado, a vida humana é entendida como mão de obra que deve ser explorada ao menor custo e maior produtividade possíveis. Por outro lado, considera que a Natureza, como qualquer recurso, deve ser esgotada para maximizar o retorno do capital investido na sua obtenção. Além disso, dentro dessa perspectiva, ações de mitigação dos impactos ambientais da produção e remuneração do trabalho não podem afetar a rentabilidade das corporações.

O caráter destrutivo subjacente a esse caminho já podia ser observado desde os primórdios da Era Moderna como destaca Capra (2006, p. 52) retomando a obra de Bacon: “A natureza, na opinião dele, tinha que ser ‘acossada em seus descaminhos’, ‘obrigada a servir’ e ‘escravizada’. Devia ser ‘reduzida à obediência’, e o objetivo do cientista era ‘extrair da natureza sob tortura, todos os seus segredos’”. Para Löwy (2011, p. 80), essa ética se alinha ao pensamento do filósofo francês Descartes, para quem a Natureza deve ser dominada e escravizada pelo homem. Trata-se, ainda, de uma concepção política cujo pensamento progressista opõe a Humanidade à Natureza, estabelecendo uma relação de propriedade daquela sobre esta (Löwy, 2011, p. 80). Mas esse progressismo, hegemônico no atual modelo de civilização, orientado pela rentabilização monetária da relação Humanidade e Natureza, tem, na verdade, esgotado os recursos naturais, rompendo suas fronteiras e dilapidando as condições da natureza prover a vida no planeta, inclusive a humana.

Ademais, o atual modelo de sociedade, ao mesmo tempo em que gera déficit na capacidade do planeta prover vida, produz riqueza de forma concentrada, privilegiando poucos e, concomitantemente, deixando grande massa de pessoas na miséria e em situação de fome. As alterações quantitativas da segmentação de renda mundial durante a crise sanitária Covid-19, em 2020, por exemplo, comprovam a perversidade dessa lógica. Conforme o relatório *Vírus da Desigualdade* da OXFAM, a pandemia afetou as economias de todos os países e os empregos e rendas de suas populações. No entanto, esse impacto foi desigual, pois o “aumento da fortuna daqueles que estão no topo da pirâmide econômica, ao lado dos impactos negativos significativos sobre os que estão na base, está aumentando a desigualdade econômica” (Berkhout, 2021, p. 29). Outra evidência desse processo é que, em todo o planeta, em plena crise pandêmica, os bilionários viram sua riqueza aumentar em espantosos US\$ 3,9 trilhões entre 18 de março e 31 de dezembro de 2020 (Berkhout, 2021, p. 24). Essa relação de crise socioecológica e concentração de renda confirma a afirmação de Dowbor (2020, p. 162) de que “estamos destruindo o planeta, a própria base da nossa sobrevivência, e que estamos fazendo para o proveito do já clássico 1% de mais ricos, que apresentam a particularidade de serem improdutivos, quando não danosos”.

As alterações nas condições do planeta, principalmente a partir do aumento do produtivismo capitalista desde a Revolução Industrial e agravadas após a Segunda Guerra Mundial, foram expressivas e provocaram a mudança da era planetária de Holoceno para o Antropoceno. Essa nova Era, conforme proposto por Crutzen e Stoermer (2000), substitui o período iniciado há dez mil anos cuja principal característica era a estabilidade climática, responsável pelas estações do ano, cuja constância permitiu que a humanidade desenvolvesse a agricultura e assentamentos em cidades. O Antropoceno, com o seu esgotamento dos recursos naturais, aumento da liberação de vários gases de “efeito estufa” na atmosfera, geração de poluição e extinção massiva de espécies (Crutzen, Stoermer, 2000), representa sério risco para a manutenção da vida no planeta, sendo a crise climática a dimensão mais urgente e abrangente.

As consequências socioambientais dessa crise, apresentadas na obra *Seis Graus*, de Mark Lynas (2008), indicam alterações radicais nas condições socioambientais da Terra. O aumento de um grau na temperatura planetária até 2100, além de causar furacões mais ferozes, por exemplo, deixará um terço do planeta desprovido por completo de água doce, tornando, assim, muito hostil a vida no planeta (Lynas, 2008, p. 37). Assim, a perda da estabilidade climatológica vigente no Holoceno, vital para a agricultura, coloca em sério risco a capacidade de alimentar bilhões de pessoas.

Os alertas de Lynas (2008) foram confirmados, recentemente, pelo relatório IPCC, publicado em 2021, e evidenciaram, ainda, alguns agravantes. Entre eles está a identificação de que a crise climática já teve início, constatação confirmada pelas evidências de ondas de calor na América do Norte, Europa, Austrália, oeste e leste da África Austral, Ásia, incluindo a Sibéria (Allan, 2021, p. 14). A tendência, projetada nesse relatório, prevê aumentos na frequência de ondas de calor associadas a secas em escala planetária, clima de fogo e inundações em algumas regiões de todos os continentes (Allan, 2021, p. 12).

Para Tanuro (2021; tradução própria), “esse relatório nos obriga a enfrentar a realidade: estamos literalmente à beira do precipício”.

As transformações socioambientais provocadas pelas mudanças climáticas podem levar, enfim, a humanidade à barbárie, situação que já é realidade em diversas regiões do planeta, atingindo, principalmente, as camadas mais pobres dessas regiões. As disputas por água e terras férteis desencadeiam conflitos e guerras como ilustra a reportagem de Ahmed (2015): “O mundo já está enfrentando uma epidemia de escassez local e regional de água e, a menos que essa tendência seja revertida, levará a mais migrações forçadas, agitação civil e surtos de conflito”. Esse cenário já estava, também, nos alertas de Welzer (2010) e Davis (2002) quando afirmam que essa guerra não se iniciou no século XXI, ela tem acompanhado a história humana, porém a relação direta entre o domínio e o acesso às fontes vitais de sobrevivência está cada vez mais influenciada pelas crises ambientais, com a sucessiva redução das condições do planeta de prover vida. Nesse cenário, os conflitos e violência são os instrumentos da manutenção do monopólio e poder desses recursos.

Alguns desses conflitos estão registrados na plataforma *Environmental Justice Atlas*⁵², espaço virtual coordenado por Joan Martínez Alier cujo objetivo é apontar as regiões em que estão acontecendo conflitos socioecológicos. Em diversas ocasiões, esses confrontos evidenciam a injustiça ecológica, ao expor o sofrimento imposto aos oprimidos, expropriados de seu acesso à Água e à terra fértil nessa disputa. Nessa dinâmica, a fome e a morte têm sido as companhias de vastos dos grupos sociais vítimas dessas pilhagens. Diariamente, por exemplo, falecem oitocentas crianças com idade inferior a cinco anos pela falta de acesso de Água na quantidade e qualidade adequadas (UNICEF, 2017, p. 14).

Perante esse cenário, a outra opção da bifurcação, diante da qual a humanidade se encontra, é a construção de outra lógica de civilização, socialmente justa, ambientalmente integrada e solidária. Esse caminho, antagônico ao atual modelo de sociedade, implica uma troca de ética, pois a nova orientação é regida pelo bem viver de todos e essa valorização da vida não cabe na lógica do lucro. Dessa forma, a busca desse novo modelo de sociedade envolve a superação do atual modelo de sociedade.

Nesse sentido, o estabelecimento de uma sociedade pós-capitalista é o caminho sugerido por essa construção, cujo alicerce é o diálogo entre os diversos segmentos dos movimentos socioecológicos contra-hegemônicos definidos por Alier (2009) como ecologistas dos pobres. Esses movimentos buscam defender a vida, em todas suas expressões, e, para isso, a justiça social é ligada ao respeito à Natureza, pois não há sociedade sã em um planeta doente.

Dentre os segmentos do ecologismo dos pobres, este texto focará no ecosocialismo, por sua amplitude e radicalidade. Esse segmento socioecológico retoma o conceito da superação do Reino da Necessidade pelo Reino da Liberdade presente na obra marxiana em diálogo com as atualizações das ciências ambientais e humanas no século XXI.

⁵² Disponível em: <https://ejatlas.org/>.

O ecossocialismo é um segmento do movimento socioecológico, cuja proposta é unificar a práxis ecológica e a socialista, pois considera que o socialismo sem a visão ecológica não consegue ser alternativa aos desafios socioecológicos do século XXI e que a ecologia que não seja socialista não tem a radicalidade necessária para enfrentar esses desafios.

Aplicando o método de denunciar a crise e seus agentes e anunciar uma nova lógica de sociedade, este artigo está estruturado em três capítulos, o primeiro com uma breve exposição da crise socioecológica, o segundo traz a apresentação da utopia ecossocialista e o terceiro expressa as ações concretas para o processo de transição na construção dessa utopia.

CRISE SOCIOECOLÓGICA, UM TREM PARA O ABISMO

A vida no planeta está estruturada em um sistema complexo e delicado. As espécies estão presentes em diferentes nichos complementares e em constantes ajustes (homeostase). A complementaridade entre os nichos elimina a geração de sobra, “lixo”, pois os resíduos de um nicho de espécies oferecem recursos vitais para outros:

Toda essa complementaridade entre as espécies só é possível devido à diversidade que elas apresentam, fazendo com que se complementem, evitando a competição e possibilitando a cooperação. Ela é tão requintada que faz com que na natureza não exista a noção de “lixo”, porque os resíduos de uma determinada espécie são suporte para a existência de outra (Milanez, 2003, p. 79).

A quebra dos ciclos da homeostase pode provocar um cenário ambiental hostil. Nesse contexto, se a capacidade de adaptação às novas condições ambientais pelas espécies for esgotada, sua extinção é a consequência mais provável; e como a biodiversidade garante a complementaridade entre os nichos, a extinção de uma espécie desarmoniza o sistema causando reação em cadeia, impactando a sobrevivência das outras espécies dependentes.

Nessa complexa harmonia dinâmica, a humanidade obtém condições da Natureza para prover sua sobrevivência e seu desenvolvimento, e ao mesmo tempo devolver as sobras e o resultado não aproveitado no seu processo de reprodução, alterando as condições do planeta. Porém, o modelo produtivista e consumista da sociedade pós-Revolução Industrial exerce uma pressão sobre os recursos naturais de uma forma cada vez mais agressiva, provocando assim, a ruptura do ciclo de homeostase do planeta.

As consequências da alteração do fluxo das mudanças estruturais do planeta e a resposta dele para estas interferências desafiam toda sociedade a repensar o modelo produtivo. O *Special report: How our economy is killing the Earth* publicado pela revista New Scientist (2008a; 2008b) ilustra o crescimento das atividades humanas em diversos níveis e ao mesmo tempo o esgotamento das condições da Natureza. A convergência do ritmo dos diversos vetores das atividades humanas e do crescimento da degradação ambiental está demonstrada pelo Gráfico 1.

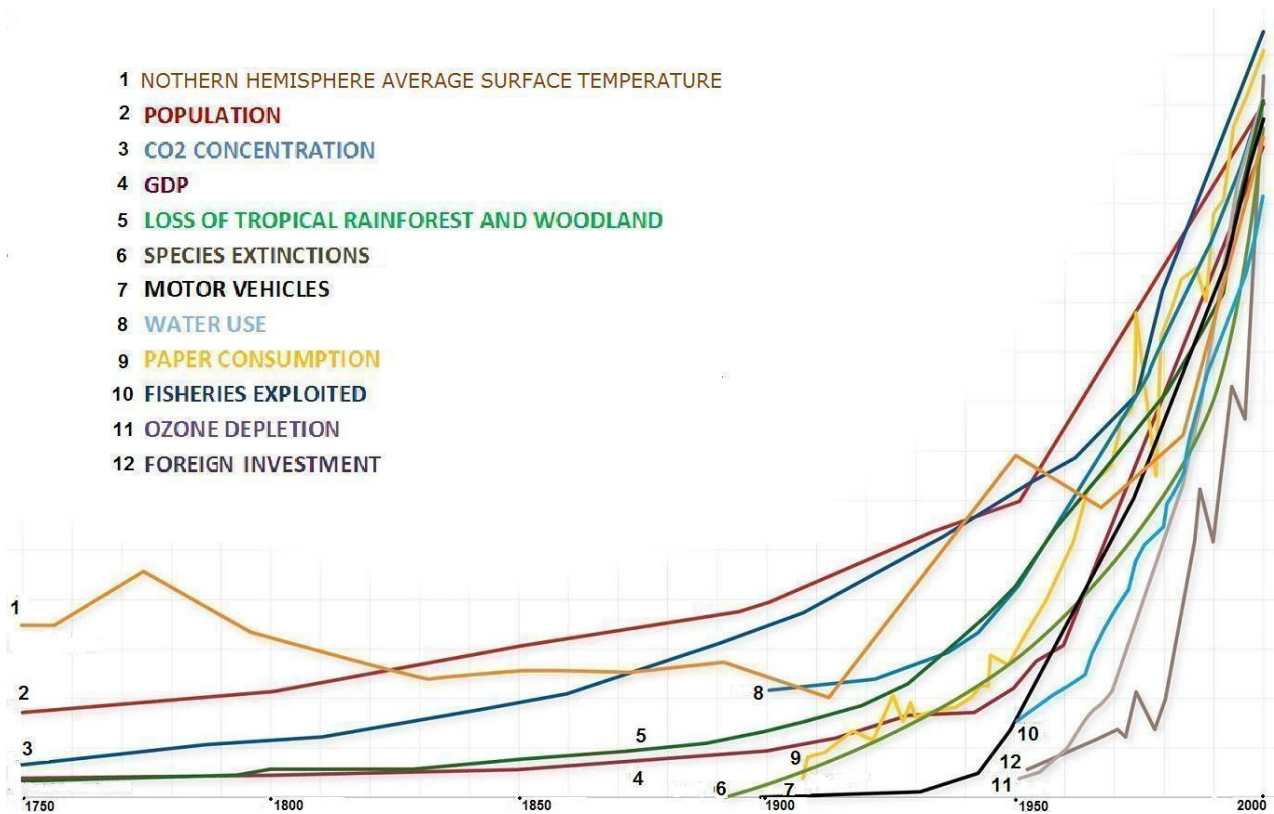


Gráfico 1. Macrotendências – de 1750 até atualidade. Fonte: New Scientist, (2008a).

Esse gráfico indica que as curvas dos índices - a temperatura no hemisfério Norte, população mundial, concentração de CO₂, PIB, perda de florestas tropicais, extinção das espécies, automóveis, uso da água, consumo de papel, exploração da pesca, perda da camada de Ozônio e investimento estrangeiro inicialmente - não refletem uma relação direta entre eles, mas passaram a apresentar um paralelismo de suas curvas a partir de 1950, indicando mútua influência entre esses fatores.

As alterações nas condições do planeta provocadas pela produção capitalista, apresentadas no Gráfico 1 – Macrotendências – de 1750 até atualidade, interferiram na dinâmica do planeta e com elas, vieram os riscos de colapso da possibilidade do planeta em suprir as condições necessárias à reprodução da vida dos seres nela, inclusive os seres humanos.

Considerando os severos riscos envolvidos nessas alterações, pesquisadores do Stockholm Resilience Centre, Stockholm University, elaboraram os indicadores *Fronteiras do Planeta*, que ajudam a compreender a dimensão e os riscos envolvidos nessas alterações, isto é, transgressão da estabilidade e resiliência do sistema terrestre, condição fundamental para o bem-estar humano (Rockström, 2023, p. 1), pois para esses pesquisadores, as rápidas mudanças no sistema planetário estão provocando uma séria crise na estrutura de suporte à vida, com risco de atingir pontos de inflexão que desestabilizariam irreversivelmente o sistema terrestre (Rockström, 2023, p. 1). O objetivo dessa métrica é responder: Quais são as pré-condições planetárias não negociáveis que a humanidade precisa respeitar, a fim de evitar o risco de mudanças ambientais prejudiciais ou mesmo catastróficas para humanidade? (Rockström, 2009). Para responder essa questão, foi elaborado um modelo de métricas para identificar os limites perigosos

cuja ultrapassagem provocaria “mudanças ambientais globais inaceitáveis”, isto é, cenário com riscos de eliminação das condições do planeta de suprir a civilização (Rockström, 2009). Esse modelo foi desenvolvido a partir de estudos existentes e pareceres de especialistas compartilhados, como a ODS, Agenda 2030 (Rockström, 2023, p. 2).

A estrutura das fronteiras planetárias surge da evidência científica de que a Terra é um sistema único, complexo e integrado – isto é, os limites operam como um conjunto interdependente. Embora uma análise sistemática e quantitativa das interações entre todos os processos para os quais os limites são propostos permaneça além do escopo da modelagem atual e da capacidade observacional, o sistema da Terra claramente opera em estados bem definidos nos quais esses processos e suas interações podem criar estabilização ou feedbacks desestabilizadores (Steffen, 2015, p. 745).

A civilização, em 2009, já tinha ultrapassado três fronteiras (Rockström, 2009):

- Mudanças Climáticas: a proposta é ter 350 ppm (partes de CO₂ por milhão), mas em 2009, o planeta já apresentava 387 ppm. Nessa métrica, há também a retenção da radiação solar, isto é, a diferença da radiação recebida do Sol pelo planeta e aquela irradiada de volta ao espaço, o proposto é 1 e a situação em 2009 era 1,5;
- Perda de biodiversidade: a proposta é 10 espécies extintas por milhão de espécies por ano, em 2009 o planeta apresentava um número superior a 100. A perda da biodiversidade é relevante, pois ela compromete a capacidade biótica de sustentar seu funcionamento sob novas condições ambientais (Folke, 2013, p. 24);
- Ciclo do nitrogênio: a quantidade de N₂ removida da atmosfera pela humanidade deveria ser de 35 milhões de toneladas por ano, mas em 2009, o indicador apresentava a perda de 121 milhões.

As demais fronteiras estavam dentro do marco proposto. A figura 3 ilustra a tabela, as sinalizações “vermelha” e “amarela” auxiliam a análise da situação e riscos dos índices. As fronteiras marcadas em vermelho indicam que os limites foram ultrapassados e as em amarelo indicam perigosa aproximação do limite.

Em 2015, foi publicada a atualização da estrutura das Fronteiras Planetárias de 2015. Essa nova versão teve como objetivo superar as lacunas provocadas pela implementação de políticas ambientais globais relacionadas às Fronteiras Planetárias, onde as tendências problemáticas não estão sendo interrompidas ou revertidas, apesar do consenso internacional sobre a urgência dos problemas exigindo mudanças a metodologia e incorporação dos avanços científicos após a publicação de 2009 (Steffen, 2015, p. 746).

A atualização de 2015 demonstra que três fronteiras críticas - mudanças climáticas, destruição do ozônio estratosférico e acidificação dos oceanos - permanecem essencialmente inalteradas em relação à análise publicada em 2009 (Steffen, 2015, p. 736). Porém o cenário piorou.

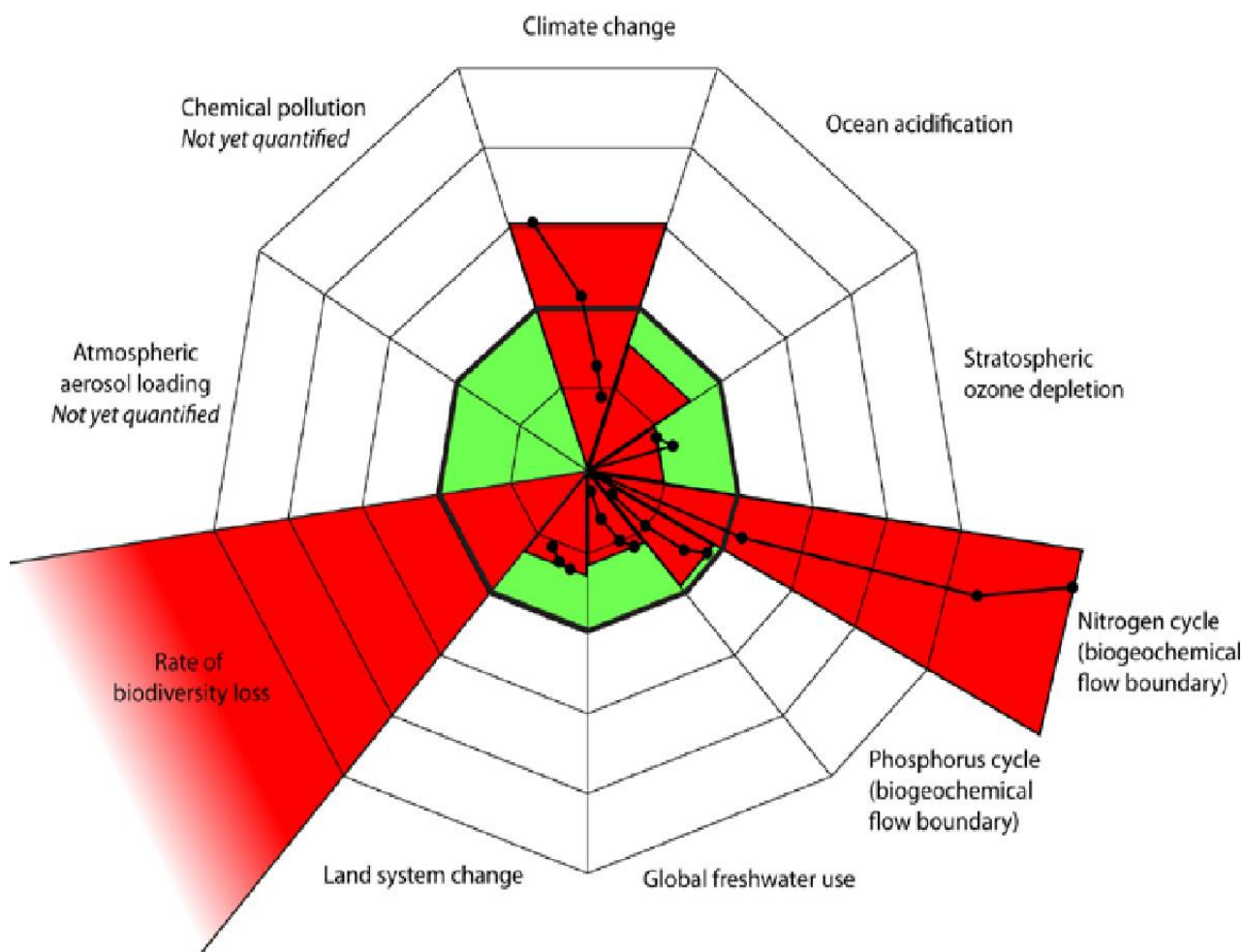


Figura 1. Fronteira Planetárias em 2009. Fonte: Rockström, 2009⁵³.

Essa atualização apresenta que a situação das variáveis de controle das Fronteira Planetárias, os níveis de perturbação antropogênica de quatro Fronteiras (mudanças climáticas, integridade da biosfera, fluxos biogeoquímicos e mudanças no sistema terrestre) excedem o limite proposto (Steffen, 2015, p. 736). O risco dessa fratura na fronteira é que ela afeta a capacidade do sistema planetário de persistir em um estado característico ao Holoceno, isto é, o planeta em condições mutáveis, mas nos limites inerentes a homeostase (Steffen, 2015, p. 737), em uma dinâmica que mantém a resiliência ambiental e permite a adaptação dos seres às mudanças planetárias.

Essa Era, marcada por uma estabilidade dinâmica climática, forneceu as condições naturais favoráveis ao ser humano, principalmente disponibilidade de solos férteis, alimentação de origem marinha rica em proteínas e as geleiras e aquíferos, que funcionam como gigantescos reservatórios de água (Folke, 2013, p. 21). Essa estabilidade planetária permitiu que a humanidade iniciasse a agricultura, entre outras

⁵³ A zona verde é o espaço operacional seguro, o amarelo representa a zona de incerteza (risco crescente), o vermelho é uma zona de alto risco, e a zona cinza representa as fronteiras que ainda não foram quantificadas.

atividades necessárias ao seu desenvolvimento. Antes dessa estabilidade, a humanidade vivia em pequenos grupos como caçadores-coletores (Steffen, 2007, p. 614). O ingresso da nova Era, o Antropoceno, provocará a perda da capacidade do planeta suprir de condições à vida, inclusive a humana.

A fronteira que desperta urgente preocupação é a “Mudanças Climáticas”. O risco envolvido nas mudanças climáticas é a perda da estabilidade vigente no Holoceno. As transformações socioambientais pelo incremento descontrolado das mudanças climáticas podem levar à barbárie, temida por diversos setores do movimento socioambiental, pois as disputas por nascente de rios e terras férteis já provocam conflitos e guerras.

Nesse cenário, o risco de aumentos rápidos e incrementais de temperatura é iminente. O ciclo de mudanças climáticas descontroladas (*runaway climate change*) é uma das ameaças mais inquietantes (Löwy, 2009, p. 7). Esse risco está cada vez mais concreto, pois os tímidos e insuficientes compromissos governamentais firmados nas COPs e o acordo de Paris não avançam.

A associação dessa crise ecológica com a agressiva concentração de riqueza confirma a afirmação de Dowbor (2020, p. 162) de que “estamos destruindo o planeta, a própria base da nossa sobrevivência, e que estamos fazendo para o proveito do já clássico 1% de mais ricos, que apresentam a particularidade de serem improdutivos, quando não danosos”, pois a crise socioecológica não está restrita ao esgotamento dos recursos naturais, a civilização também tem sérios problemas na divisão justa da riqueza produzida.

A fúria dessa política de destruição social está quantificada no relatório da OXFAM de 2015, a partir de dados da *Credit Suisse*, indica que 1% da população mais rica detinha 48% de toda a riqueza produzida, enquanto os demais 52% da riqueza estavam dispersos nos demais 99% da população, e 85 bilionários tinham a mesma riqueza que a metade inferior da população do mundo (OXFAM, 2015). A perspectiva era de agravamento da diferença, pois a curva de acumulação projetava que em 2016, 1% da população teria a mesma quantidade dos demais 99% (50% para cada) e a partir deste momento, a parcela mais rica acumulará cada vez mais riqueza (OXFAM, 2015).

A sociedade global não puxa o freio desse trem desgovernado porque está preso na gaiola de ferro do Deus Lucro. A chave para abrir essa prisão é a construção coletiva de outra lógica civilizatória, retirando esse deus e seus símbolos dos nossos altares sagrados e assumindo como desejável, a construção de uma sociedade socialmente justa, ambientalmente integrada e solidária. Nesse caso, a proposta apresentada, por este texto, para abrir essa gaiola de é o ecossocialismo.

ECOSSOCIALISMO, UMA PROPOSTA CONCRETA

O ecossocialismo é um segmento do movimento socioecológico cuja proposta associa as lutas ambientalistas aos demais movimentos representativos da classe social oprimida. O ecossocialismo une as práxis ecológica e socialista, pois considera que o socialismo sem a visão ecológica não consegue ser

alternativa aos desafios socioambientais do século XXI e ao mesmo tempo, ecologia que não seja socialista não tem a radicalidade necessária para enfrentar esses desafios.

A definição presente na obra de Löwy (2005, p. 47) para o ecossocialismo é: “uma corrente de pensamento e ação ecológica que incorpora fundamentos do pensamento marxista, ao mesmo tempo em que o liberta das escórias produtivistas”. Para esse segmento, a lógica da dominação do mercado e a sua busca de lucro como fim em si mesmo, inerente ao capitalismo e ao autoritarismo burocrático do finado socialismo “real”, são incompatíveis com a necessidade de preservação da capacidade da Natureza suprir a vida, inclusive a da humanidade.

O movimento ecossocialista propõe um planejamento ecológico democrático, como resultado de uma síntese dialética das teses do movimento ambientalista radical com a crítica marxista sobre a economia política. E esta síntese dialética é ao mesmo tempo uma crítica à ecologia de mercado e ao socialismo produtivista, que continuam a ser indiferentes aos limites da Natureza (Münster, 2013, p. 128).

A práxis ecossocialista está em construção e tem diversos “operários”. Para Münster (2013, p. 139), o ecossocialismo surgiu nos anos 1970 com a integração da ecologia política por algumas correntes socialistas, associando uma postura ecológica radical à proposta de um socialismo autogestor; e, também, com uma corrente marxista internacional comprometida em, além de eliminar a visão produtivista nas suas propostas, assumir valores da ecologia política. Essa corrente tem os seguintes representantes mais significativos: René Dumont⁵⁴ e André Gorz (França), David Pepper (Inglaterra), Joel Kovel (Estados Unidos) e Michael Löwy (França e Brasil).

Löwy amplia a quantidade de “construtores da práxis ecossocialistas”. Para ele, o ecossocialismo teve as primeiras contribuições através do socialismo ecológico de alguns pioneiros russos, ainda no período entre o final do século XIX e início do século XX, entre esses pensadores estão Sérgio Podolinsky e Vladimir Vernadsky (Löwy, 2000b, p. 234). As contribuições de elaborações teóricas e práticas ao ecossocialismo têm evoluído a partir da década de 1970 com colaborações surgidas em diversos países: Elmas Altvater e Frieder Otto Wolf (Alemanha); Barry Commoner, James O'Connor, Joel Kovel e John Bellamy Foster (EUA); Francisco Fernandez Buey, Jorge Riechmann, Joan Martínez Alier e Manuel Sacristán (Espanha); André Gorz, Jean-Marie Harribey e Jean-Paul Deléage (França); Raymond Williams (Reino Unido) (Löwy, 2005, p. 48; Löwy, 2020). Esse segmento tem se enriquecido com a ingresso de novas contribuições, com destaque de Ian Angus e Naomi Klein entre outros.

A dialógica ecossocialista é divulgada por publicações e sites. No Brasil, há contribuições como a Tese Onze de Sabrina Fernandes⁵⁵; *O que você faria se soubesse o que eu sei* de Alexandre Araújo Costa⁵⁶; e *Humanidade e Natureza, uma relação em movimento* de Arlindo Rodrigues⁵⁷. Os endereços eletrônicos das

⁵⁴ Ele foi primeiro candidato de plataforma socioecológica à presidência da França em 1974, nessa campanha eleitoral, ele obteve 1,32% dos votos (CHESNAIS, 2012, p. 157).

⁵⁵ O Canal Tese Onze está disponível em: <https://teseonze.com.br/>.

⁵⁶ <http://oquevocefariasesoubesse.blogspot.com/>

⁵⁷ <https://arlindorodriguesblog.wordpress.com/>.

revistas e dos blogs estão crescendo com o surgimento de novas contribuições, em 2023, foi criado o site da Rede Brasil⁵⁸.

O ecossocialismo é também chamado de ecomarxismo, porque a presença do pensamento marxista na forma do ecossocialismo propor as transformações para uma outra sociedade é essencial e polêmica. A relação do pensamento marxista com o debate ecológico é controversa, pois há passagens da produção marxiana em que ocorre forte presença de questões ecológicas e em outras, o tema é ignorado. Para Löwy (2005, p. 19), os temas ecológicos não estão no lugar central nas obras marxianas, mas há referências do poder destrutivo do produtivismo capitalista e a necessidade de outra forma de relação entre a Natureza e o homem. A não centralidade do debate ecológico na produção marxiana possibilitou questionamentos sobre o produtivismo e posição “prometeico” na sua obra.

Alguns setores do movimento ecológico acusam o pensamento marxista de ser produtivista. Por um lado, essa acusação é apropriada, pois a questão do progresso da sociedade foi associada ao evolucionismo, e há falta de uma crítica mais radical à civilização industrial, essa interpretação da contribuição da evolução humana do capitalismo pode ser encontrada no prefácio da *Contribuição à crítica da economia política* de 1859 (Löwy, 2005, p. 24; 2020). Por outro lado, a acusação é injusta, pois apesar da questão ambiental não ser o tema central de sua obra, Marx denunciou o produtivismo da acumulação capitalista como objetivo por si mesmo como fonte de deterioração da saúde do trabalhador e da destruição da Natureza (Löwy, 2005, p. 23-24; 2020), pois para Marx (2017a, p. 574), a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador.

O Reino da Liberdade é a alternativa marxiana à fúria destrutiva do produtivismo. Nessa proposta utópica, Marx aponta para uma nova forma de relacionamento da humanidade com a felicidade, que valoriza a relação entre os seres humanos com os demais seres e entre si, indica a ruptura com a lógica produtivista do capitalismo e socialismo “real” e resgata a valorização do ser humano com sua plena realização de suas potencialidades. O tempo social é proporcionado pela libertação da “obrigatoriedade” de as pessoas acumularem bens, e essa liberdade gera condições delas se realizarem através do convívio cidadão e lúdico, essencial para uma sociedade ecossocialista:

o ecossocialismo é fundado numa aposta, que já era a de Marx: predominância, numa sociedade sem classes, do “ser” sobre o “ter”, isto é, da realização pessoal, pelas atividades culturais, lúdicas, eróticas, esportivas, artísticas, políticas, em vez do desejo de acumulação ao infinito de bens e produtos. Esse desejo é induzido pela ideologia burguesa e pela publicidade, e nada indica que é uma “natureza humana eterna” (Löwy, 2005, p. 58).

Associada a crítica de produtivismo, há também, a acusação de que Marx e Engels defendiam a posição humana como o conquistador “Prometeu”. Essa posição opõe a humanidade à Natureza, dando ao homem o poder de mestre e dono do mundo natural, assim, submetendo-a ao domínio tirânico do

⁵⁸ <https://www.ecossocialismo.net>.

mesmo, mas essa percepção é contraditória com a definição de domínio presente nos escritos de Marx e Engels, quando eles definem que no socialismo os seres humanos terão consciência da Natureza pelo domínio do conhecimento das suas leis (Löwy, 2005, p. 20).

A associação dos pensamentos marxista e ecológico provoca um ganho consistente para as duas correntes de pensamento em igual importância. Para Löwy (2005, p. 37), é impossível ter uma análise ecológica sem considerar a crítica marxista da acumulação destrutiva do capital, sem essa gama de conceito, o parecer ecológico não consegue superar a limitação de propor ajustes dos excessos do capitalismo produtivista e perde a capacidade de apresentar soluções consistentes para a crise socioambiental.

Para compreender esta realidade, suas contradições e as possibilidades de sua transformação radical, a obra de Marx permanece um ponto de partida indispensável, uma ferramenta insubstituível, uma bússola sem a qual temos boas chances de perder o caminho (Löwy, 2000c, p. 61).

Em contrapartida, o debate ambiental é uma oportunidade de enriquecimento do pensamento marxista. O movimento ecológico, além dos demais movimentos sociais (pacifismo, feminista, diversidade sexual etc.) contribui com a renovação necessária do pensamento marxista, dando-lhe um caráter universal de busca da eliminação de todas as formas de opressão (Löwy, 2000a, p. 126). Para Löwy (2005, p. 38), a questão ecológica é “o grande desafio para uma renovação do pensamento marxista no início do século XXI”, pois ela provoca uma revisão profunda da concepção das forças produtivas no pensamento marxista atual, assim como rompimento com os atuais paradigmas do progresso e tecnologia da civilização industrial moderna.

Ao mesmo tempo, o ecossocialismo procura apresentar alternativa à esquerda tradicional, cujo projeto político mantém o atual modelo produtivista, deixando investimentos ambientais negligenciados ou marginalizados (Löwy, 2009, p. 36). A esquerda tradicional busca a substituição da propriedade privada pela propriedade coletiva dos meios de produção, mas os ecossocialistas acreditam que esse encaminhamento é bom, mas não é o suficiente, pois não é possível o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas, deve-se questionar sobre a manutenção do próprio aparelho produtivo (Löwy, 2012a, p.13). Nesse aspecto o diálogo dos setores partidários ecossocialistas com os demais setores da esquerda é fundamental para renovar seu pensamento e propostas. Esse diálogo deve buscar superar a crise socioecológica a partir da ruptura sistêmica, pela construção de uma outra lógica de sociedade, uma outra ética.

A ética ecossocialista orienta a nova forma de propor e construir uma outra civilização com valores sociais e ecológicos irreduzíveis aos valores do capital. Para isso, une valores fraternidade, igualdade e justiça social do socialismo e valores ecológicos como proteção ambiental, proibição do desperdício de energia, respeito pela Natureza e pela vida em todas as suas formas, proteção da biosfera, movimento cooperativo e uma transformação radical da relação entre humanidade e Natureza (Münster, 2013, p. 123).

Há, nessa ética, a consciência de que apenas o desenvolvimento de uma nova racionalidade econômica ecológica, substituindo a lógica capitalista e produtivista, pode prevenir novas catástrofes ambientais e proteger a humanidade (Münster, 2013, p. 126).

Para Münster (2013, p. 123-124), a ética ecossocialista está baseada na consciência utópica da necessidade de transformação radical das nossas relações com a Natureza e do modo de vida atual e assume que a sobrevivência da humanidade está ameaçada pela atual forma de civilização com a poluição das nossas cidades, destruição progressiva dos ecossistemas e biosfera. Essa consciência crítica provoca o enfrentamento ao poder das forças capitalistas poluidoras e o sentimento de solidariedade a todas as vítimas das ações antiambientais das corporações em todo planeta, principalmente na África, Ásia e América Latina.

Nesse sentido, a troca ética proposta pelo ecossocialismo envolve a superação de uma sociedade da busca do lucro, da priorização do valor de troca e da hegemonia do “ter” regida pela lógica do capital, da rentabilidade e pela acumulação de riqueza, isto é, uma orientação de conduta definida por Weber como anético (anesh). Para pensador alemão, o capitalismo “não tem necessidade de nenhuma ética, pois enquanto sistema rigorosa e implacavelmente impessoal, ele é radicalmente impermeável a uma regulação moral” (Weber, 1922, p. 800 apud Löwy, 2014, p. 49). A proposta da ética ecossocialista é substituir essa lógica pela construção de uma humanidade orientada solidariedade, da priorização do valor de uso e da hegemonia do “sermos”. Assim, a ética ecossocialista orienta uma nova forma de construir outra civilização, que tenha valores sociais e ecológicos orientados pela satisfação das necessidades sociais, do bem comum e pela justiça social (Löwy, 2020, p. 99).

Para isso, a associação do socialismo e ecologia provoca uma transformação radical da relação entre Humanidade e Natureza, pois essa ética une a fraternidade, a igualdade e a justiça social do socialismo ao respeito pela Natureza e pela vida da ecologia. Para Münster (2013, p. 126), há, na ética ecossocialista, a consciência de que apenas o desenvolvimento de uma nova racionalidade econômica ecológica, substituindo a lógica produtivista do capitalismo, pode proteger a vida no planeta, inclusive a humana. Conforme Löwy (2005; 2020), a ética ecossocialista se compõe das seis dimensões: Ecológica, Social, Igualitária, Solidária, Democrática e Radical.

A ética Ecológica ecossocialista propõe uma ruptura na atual relação entre Humanidade e Natureza, a partir da troca da exploração do planeta pelo respeito e cuidado com a nossa Mãe Terra. Para contrapor a visão capitalista de “mercantilização da vida”, nessa concepção, a Natureza é a Grande Mãe provedora da vida, e nesse papel participa da grande comunidade planetária, em que a interação entre humanidade e Natureza é orientada pelo cuidado coletivo, pela consciência que nós pertencemos à Natureza e que o nosso futuro depende dela. Assim, nesta proposição, essa relação não se resume em modelos quantitativos, valores intrínsecos, e sim por meio da valorização ética, imensurável, da preservação da vida plena para todos os seres. Nesse sentido, ainda, os povos originários assumem um importante papel pedagógico na retomada da conexão com a Natureza (Löwy, 2020), pois essas

comunidades dominam o diálogo com as florestas, animais e montanhas (Krenak, 2019), e essa sabedoria deve ser irradiada a toda humanidade. A ética Ecológica alerta sobre a urgência dessas mudanças, pois a previsão de consequências futuras da degradação ambiental não é mais factível, visto que a sociedade já vive as dramáticas consequências da destruição e do envenenamento capitalista da biosfera e, em curto prazo, enfrentará flagelos socioecológicas (Löwy, 2020).

A ética Social ecossocialista assume como premissa que a construção de uma nova sociedade é uma responsabilidade coletiva. Desse modo, as ações individuais como respeito ao meio ambiental, autolimitação ou recusa aos desperdícios são importantes, mas, insuficientes. As transformações ocorrem com a participação coletiva organizada, isto é, a sociedade organizada nos movimentos ambientais e sociais, partidos políticos etc. (Löwy, 2005, p. 72-73; Löwy, 2011, p. 122; Löwy, 2020b, p. 101). Nesse sentido, essa ética tem um profundo diálogo com a proposta do arco-íris ecossocialista de Jorge Riechmann (2012), que envolve as especificidades e as congruências dos movimentos negros, sindicais, feministas, pela paz, ecológica, LGBTQIA+ e dos povos originários. Além da interconexão dos movimentos sociais, há a importância do diálogo entre os movimentos ecossocialistas, pois a troca de experiências e junção de esforços em rede é uma ferramenta fundamental para a construção da sociedade desejada por esse segmento. Assim, a experiência da GEN, Global Ecosocialist Network, vem se consolidando como um importante espaço de construção coletiva de troca de experiências e proposição de ações e debates ecossocialistas.

A ética Igualitária ecossocialista denuncia que a produção e consumo dos países desenvolvidos são perdulários, ostentatórios e ambientalmente destrutivos e, se forem democratizados, isto é, acessíveis a todos no planeta, mantendo esse modelo de consumo, provocarão colapso, inviabilizando a presença humana no planeta. Essa ética propõe a redistribuição planetária da riqueza de forma igualitária com responsabilidade ambiental, assumindo um novo paradigma produtivo (Löwy, 2005, p. 74; Löwy, 2011, p. 123; Löwy, 2020, p. 102).

A ética Solidária ecossocialista implica assumir que a satisfação das necessidades sociais deve ser regida pela apropriação coletiva dos meios de produção, e a distribuição de seus produtos deve seguir o critério da equidade, isto é, a partilha será “a cada qual segundo as suas necessidades” (Löwy, 2005, p. 74-75; Löwy, 2011, p. 123-124; Löwy, 2020, p. 102). Dessa maneira, a estrutura de acumulação privada do capital é substituída por novos arranjos produtivos, pela geração de renda de forma coletiva e pela autogestão, sem exploração do trabalho humano e sem esgotamento da Natureza.

A ética Democrática ecossocialista pressupõe que as decisões socioeconômicas e as escolhas produtivas devem ser realizadas pela sociedade, tirando esse domínio dos banqueiros e tecnocratas, donos do poder capitalista e do *Politburo* do socialismo “real”. Assim, as definições sobre a produção e distribuição serão frutos de debate democrático e plural, e sempre orientadas por outra forma de responsabilidade, sem a exploração dos trabalhadores e com o cuidado da preservação do meio ambiente (Löwy, 2005, p. 75; Löwy, 2011, p. 124; Löwy, 2020, p. 102). Nesse sentido, o Estado é substituído por

outras formas de organização social, organizações comunitárias em rede tendo como espaço de diálogo as Instâncias Multicomunitárias.

A ética Radical ecossocialista aponta para a raiz da crise socioambiental e alerta que as propostas de reformas e mercados monetários do direito para poluir são incapazes de oferecer uma solução concreta. Segundo essa ética, é “necessária uma mudança radical de paradigma, um novo modelo de civilização, em resumo, uma transformação revolucionária” (Löwy, 2005, p. 76; Löwy, 2011, p. 124; Löwy, 2020, p. 102), isto é, uma sociedade pós-capitalista. Essa ética aproxima, ainda, o movimento ecossocialista aos movimentos socioecológicos altermundistas e aos demais segmentos definidos por Alier (2009) como ecologistas dos pobres, e, ao mesmo tempo, o coloca em posição antagônica aos adeptos do “Evangelho da ecoeficiência” (Alier, 2009, p. 21), isto é, os ecocapitalistas.

Além das éticas citadas, o Ecossocialismo dialoga com a ética da responsabilidade e do cuidado como base de outra lógica de civilização. O princípio da responsabilidade assumido por essa ética está presente na reflexão de Hans Jonas (2006) em sua obra *O Princípio da Responsabilidade*. Sua contribuição foi apresentar as ameaças de destruição ambiental pela tecnologia moderna às futuras gerações (Löwy, 2011, p. 125; Löwy, 2020, p. 103), porém o alerta de Hans Jonas sobre riscos projetados para as futuras gerações deve ser revisto porque foi antecipado pelas mudanças climáticas; as consequências e riscos da crise ambiental já se iniciaram no início do século XXI (Löwy, 2005, p. 73-74; Löwy, 2011, p. 125; Löwy, 2020, p. 101). Outro ponto de divergência entre o princípio da responsabilidade e a ética ecossocialista é que esta não é fruto do medo, mas sim de uma consciência lúcida e crítica que se une ao “otimismo militante” e à esperança messiânica, isto é, a fé utópica na construção de uma nova sociedade de Ernst Bloch (Münster, 2013, p. 127).

A ética ecossocialista orienta caminhos reais para a superação do atual modelo capitalista, seja norteando a construção utópica de outra lógica de civilização, regida eticamente pela justiça social, compaixão com os demais seres do planeta, e respeito aos limites e condições da Natureza, seja indicando respostas imediatas para questões concretas, como mobilidade, educação, saúde entre outras demandas sociais urgentes.

Assim, a corrente ecossocialista não fica restrita apenas a debates de projetos futuros e planos utópicos, seu planejamento e estratégia envolvem ações imediatas identificadas como emergências para a justiça socioambiental, seja propondo soluções para problemas concretos, seja refutando falsas soluções. Nesse sentido, uma das ações ecossocialistas é se opor radicalmente a grandes projetos inúteis e ao desmatamento florestal (Münster, 2013, p. 156-157).

PRÁXIS NA CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE ECOSOCIALISTA

A sociedade ecossocialista não ocorrerá naturalmente, deverá ser construída. A proposta de Münster de ações emergenciais para essa construção foi influenciada pela perspectiva do pensamento de

Gorz (assim como já tinha sido definido por René Dumont). As ações propostas por Münster unem as visões ambientalista e socialista de autogestão, são elas (Münster, 2013, p. 130 - 131):

- Substituição da racionalidade econômica dominante por uma racionalidade econômica e social, em ruptura da lógica capitalista produtivista, de exploração ilimitada dos recursos naturais, destruidora dos ecossistemas e de maximização do lucro;
- Decrescimento da produção, graças à autolimitação das necessidades de consumo, assumindo que a sociedade pode produzir melhor com menos. Uma declaração de guerra ao capitalismo e seu produtivismo;
- Instauração de linhas de produção comunitária de autogestão dos trabalhadores associados;
- Direito a um rendimento, dissociado do trabalho, ou seja, uma renda de subsistência, independentemente de inclusão em estruturas de trabalho organizado.

Assim, para o segmento ecossocialista, a sociedade pós-capitalista será um processo longo, com ações urgentes para superação das crises socioecológicas que se agravam e põem a humanidade em risco.

Essas são as bases para a construção de uma sociedade ecossocialista, que terá um processo longo, e as necessidades de mudanças são urgentes. Nesse processo, há ações de transição. Para Löwy (2009, p. 36), para construir uma sociedade ecossocialista, é necessário superar três condições para efetivar as transformações socioambientais:

- “propriedade coletiva dos meios de produção”, o termo “coletivo” é definido como propriedade pública, comunitária ou cooperativa;
- “planejamento democrático que possa permitir à sociedade a possibilidade de definir seus objetivos no que concerne ao investimento e à produção” e
- “nova estrutura tecnológica das forças produtivas”.

O planejamento ecossocialista envolve transformação crítica do conjunto de avanços capitalistas produzido pela ciência e tecnologia. As inovações que envolvem produtivismo, riscos à Natureza e à humanidade devem ser descontinuadas, por exemplo, a geração de energia nuclear, técnicas de pesca intensiva, produção com desmatamento de florestas entre outros, assim como, deve haver investimento nas inovações que melhoram as condições de produção humana com baixo impacto ambiental. A geração de energia é um desafio crítico, pois as soluções hegemônicas, fósseis, impactam nas mudanças climáticas, além de envenenar solo, rios e lençóis freáticos, nesse caso, as soluções energéticas que devem ser geradas por fontes renováveis: Sol, ar e água (Löwy, 2009, p. 38). A solução energética nuclear não é indicada pela severidade dos riscos envolvidos e a falta de solução consistente para seus resíduos tóxicos (Löwy, 2009b, p. 38).

Outro critério do planejamento ecossocialista é o pleno emprego equitativo (*plein-emploi équitable*) (Löwy, 2009, p. 38). Por ter forte relacionamento com o modelo capitalista de divisão de tarefas, a palavra emprego pode ser substituída por participação socioambiental, ficando o termo como “plena participação socioambiental equitativa”, esse item, aproxima a perspectiva ecossocialista com as expectativas das

organizações da classe trabalhadora, mas em uma nova estrutura socioambiental, pois associa o controle público dos meios de produção e um planejamento democrático (Löwy, 2009, p. 38). A proposta da apropriação dos meios de produção, não somente retira o poder de decisão da classe dominante financeira e industrial, mas altera a lógica organizacional, pois envolve a associação dos trabalhadores organizados com os demais setores da sociedade, sejam seus consumidores ou vizinhos. Assim, haverá uma profunda transformação na decisão produtiva, pois os “critérios sociais, políticos e ecológicos” substituirão a “lei da oferta e da procura” (Löwy, 2009, p. 39).

O planejamento democrático ecossocialista está associado ao tempo investido pela população. Como defendido por Marx, o Reino da Liberdade prevê tempo social livre para a população estar disponível para a cidadania, isto é, debates democráticos e gestão socioecológica da sociedade e das organizações (Löwy, 2009, p. 39). Assim, a pauta sindical da redução da jornada de trabalho é importante na fase de transição.

Entretanto, a construção do Reino da Liberdade é pavimentada por intentos imediatos. As pautas que atendem as necessidades concretas e contribuem para a mobilização da sociedade para o ecossocialismo prevê: a substituição progressiva da energia fóssil por fontes de energia “limpa”, principalmente a solar;

- a promoção de transportes públicos – trens, metrô, ônibus, bondes – baratos ou gratuitos como alternativa ao abafamento e à poluição das cidades e do campo provocados pelo veículo individual e pelo sistema de transportes rodoviários;

- a luta contra o sistema da dívida e os “ajustes” ultraliberais impostos pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial aos países do Sul e com consequências dramáticas: desemprego maciço, destruição de proteções sociais e de culturas alimentícias, destruição de recursos naturais para exportação;

- defesa da saúde pública contra a poluição do ar, da água (lençóis freáticos) ou dos alimentos causada pela avaria das grandes empresas capitalistas;

- desenvolvimento subvencionado da agricultura orgânica em lugar da agroindústria;

- redução do tempo de trabalho como resposta ao desemprego e como visão da sociedade que privilegia o tempo livre em relação à acumulação de bens

Essa construção envolve a dialógica entre o movimento ecossocialista e os diversos movimentos sociais. Desde os protestos dos indignados com a inércia dos representantes oficiais da COP de Copenhague em 2009, quando ocorreu a manifestação com mais de 100 mil pessoas em protestos nas ruas, com a palavra de ordem “change the system, not the climate”, ou seja, “mudemos o sistema, não o clima”, associando as mudanças climáticas ao modo capitalista de produção, a reivindicação era o fim do capitalismo como forma de superação da crise ambiental climática (Löwy, 2012a, p.12).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A civilização está perante uma bifurcação, ou continua avançando para o abismo do consumo e da degradação das condições do planeta até a sua extinção ou puxa o freio de emergência e altera o rumo de seu desenvolvimento. O primeiro caminho leva a humanidade aos conflitos socioambientais dentro dos territórios e entre territórios, por Água e Terra fértil cada vez mais escassas, uma rota que nos leva à barbárie e à extinção. O segundo, assume a perspectiva de uma luta socioambiental radical, isto é, implica o enfrentamento dessa crise, cuja raiz é a fúria do capital que, na sua busca de lucros crescentes, vem esgotando as condições do Planeta suprir vida e pilhando os direitos das famílias, principalmente as mais humildes. Assim, a resposta urgente à grave crise que assola o planeta é estruturar outra forma de organizar a sociedade, evidenciando e ampliando as soluções já presentes nas pequenas organizações sociais contra-hegemônicas, por exemplo, MST, organizações autogestionárias, entre outras.

Nesse processo, a construção de outra sociedade exige um amplo diálogo entre os diversos setores da sociedade civil sendo que, para o segmento ecossocialista, essa tarefa é uma construção coletiva, pois ações individuais são importantes, porém insuficientes. Como afirma Löwy (2011, p. 35-36), as reformas parciais são totalmente insatisfatórias: uma outra sociedade só é possível pela substituição da micro-racionalidade do lucro pela macro-racionalidade social e ecológica. Nesse sentido, a proposta ecossocialista agrega os saberes e práticas militantes coletivas, ao mesmo tempo que apresenta soluções concretas para pautas urgentes como a mobilidade urbana de qualidade e gratuita, acesso à Água na quantidade e na qualidade necessária a reprodução humana, garantia de acesso à alimentação com qualidade, isto é, sem agrotóxico, redução da jornada de trabalho sem redução do salário e outras lutas definidas pelos movimentos sociais, além de projetar a construção de uma outra civilização, socialmente justa, ambientalmente integrada e solidária.

Entretanto a sociedade justa proposta pelo ecossocialismo se difere da sociedade proposta pelo socialismo “real”, pois propõe a união das práxis ecológica e socialista. Além disso o movimento ecossocialista considera que o socialismo sem a visão ecológica não consegue ser alternativa aos desafios socioambientais do século XXI, e a ecologia que não seja socialista não tem a radicalidade necessária para enfrentar esses desafios.

Para avançar nessa proposta de uma sociedade justa e ambientalmente responsável, a corrente ecossocialista enfrenta seus desafios internos. Uma oportunidade de melhoria na formação dos ecossocialistas, por exemplo, seria incorporar conhecimentos das ciências da Natureza em sua formação. Essa proposição já estava na obra de Engels e Marx: o domínio da Natureza pelo homem é o domínio do conhecimento para poder manter o metabolismo entre a humanidade e o planeta perene, não só para a atual geração, mas também para as futuras.

Outra dificuldade é a resistência de setores da sociedade em debater a questão ambiental, pois a ilusão da empregabilidade e ganhos monetários do incremento dos PIBs a entorpece, enquanto o discurso ecossocialista, contestando a fantasia hegemônica, enfrenta resistências, inclusive na esquerda tradicional.

Assim, considerando a urgência das mudanças estruturais, o movimento ecossocialista apoia e participa de ações imediatas para solução de crises emergenciais, mas sem perder o horizonte que a solução concreta está na ruptura sistêmica, pois devemos mudar o sistema e não o clima e, muito menos, a nossa Era Holoceno.

REFERÊNCIAS

- Ahmed, Nafeez. New age of water wars portends 'bleak future'. 21 Mar. 2015. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/opinion/new-age-water-wars-portends-bleak-future>. Acesso em: 20 maio 2023.
- Alier, Juan Martínez. O Ecologismo dos Pobres: conflitos ambientais e linguagem de valorização. São Paulo: Contexto, 2009.
- Allan, Richard P. et al. IPCC - Climate Change 2021 – The Physical Science Basis. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/downloads/report/IPCC_AR6_WGI_Full_Report.pdf. Acesso em: 30 maio 2023.
- Berkhout, Esmé et al. Relatório OXFAM: O vírus da desigualdade. Jan. 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/o-virus-da-desigualdade/>. Acesso em: 15 maio 2023.
- Boff, Leonardo. Ética da Vida: A Nova Centralidade Rio de Janeiro: Editora Record, 2009.
- Capra, Fritjof. O Ponto de Mutação. São Paulo: Cultrix, 2006
- Crutzen, Paul J; Stoermer, Eugene F. The “Anthropocene”. Global Change Newsletter, 41, maio 2000, p. 17-18. Disponível em: <http://www.igbp.net/download/18.316f18321323470177580001401/1376383088452/NL41.pdf>. Acesso em: 15 maio 2023.
- Davis, Mike. Holocaustos Coloniais: Clima, fome e imperialismo na formação do terceiro mundo. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- Dowbor, Ladislau. O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais. São Paulo: Sesc, 2020.
- Engels, Friedrich. Dialética da Natureza. São Paulo: Boitempo, 2020.
- Folke, Carl. Respeitando os Limites Planetários e nos Reconectando à Biosfera. In: The Worldwatch Institute. Estado do Mundo 2013: A Sustentabilidade. Ainda é Possível?. Salvador / BA: Uma Ed., 2013, p. 19 – 27.
- Foster, John Bellamy Marx and the Rift in the universal metabolismo of Nature. Dez. 2013. Nova Iorque: Monthly Review: An Independent Socialist Magazine, Vol.65, 7 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://monthlyreview.org/2013/12/01/marx-rift-universal-metabolism-nature/>. Acesso em: 15 maio 2023.
- Foster, John Bellamy. A Ecologia de Marx: materialismo e natureza. Trad. MACHADO, Maria Teresa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a.

- Jonas, Hans. O Princípio Responsabilidade: Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Trad. Lisboa, Marijane; Montez, Luiz B. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- Klein, Naomi, Steffert, Rebecca. How to Change everything. New York: Atheneum, 2021.
- Klein, Naomi. This changes everything – Capitalism vs The Climate. New York: Simon & Schuster, 2014.
- Krenak, Ailton. Ideias para adiar o fim do Mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019
- Löwy, Michael. Ecologia e Socialismo. São Paulo: Cortez Editora, 2005.
- Löwy, Michael. Crise ecológica e crise de civilização: a alternativa ecossocialista. In: LÉNA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (orgs). Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012b, p. 147 - 156.
- Löwy, Michael. De Marx ao Ecossocialismo. In: LÖWY, Michael; BENSAÏD, Daniel. Marxismo, Modernidade e Utopia. Trad. TEIXEIRA, Guilherme. São Paulo: Xamã, 2000b, p. 227–238.
- Löwy, Michael. Écosocialisme: L’alternative radicale à la catastrophe écologique capitaliste. Paris: Éditions Mille et Une Nuits, 2011.
- Löwy, Michael. Ecossocialismo e planejamento democrático. Trad. BOITO, Sofia. In: Crítica Marxista, n.28. Campinas: 2009, p. 35-50.
- Löwy, Michael. Ecossocialismo: alternativas de desenvolvimento para superar o modelo produtivista-consumista. IN: ABONG. Por um outro Desenvolvimento. Página 7 – 15. 2012a. Disponível em: <http://www.abong.org.br/final/download/porumoutrodesenvolvimento.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2023.
- Löwy, Michael. Marxismo e Utopia. In: LÖWY, Michael; BENSAÏD, Daniel. Marxismo, Modernidade e Utopia. Trad. BURIGO, Elisabete. São Paulo: Xamã, 2000a, p. 124–130.
- Löwy, Michael. Marxismo: Resistência e Utopia. In: LÖWY, Michael; BENSAÏD, Daniel. Marxismo, Modernidade e Utopia. São Paulo: Xamã, 2000d, p. 241–247.
- Löwy, Michael. Por Um Marxismo Crítico. In: LÖWY, Michael; BENSAÏD, Daniel. Marxismo, Modernidade e Utopia. Trad. LEITE, José Corrêa. São Paulo: Xamã, 2000c, p. 58-67.
- Löwy, Michael. Pour une éthique écosocialiste. 29 maio 2006. Disponível em: <http://www.europe-solidaire.org/spip.php?article2340>. Acesso em: 20 maio 2023.
- Löwy, Michael. Qu’est-ce que l’écosocialisme? Montreuil: Les Temps des Cerises, 2020.
- Lynas, Mark. Seis graus: O aquecimento global e o que você pode fazer para evitar uma catástrofe. Trad. Valente, Roberto Franco. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.
- Marx, Karl. O capital: Crítica da Economia Política: Livro III: o processo global da produção capitalista. Trad.: ENDERLE, Rubens. São Paulo: Boitempo, 2017b.
- Marx, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. Trad. RANIERI, Jesus. São Paulo: Boitempo, 2010.
- Marx, Karl. O capital: Crítica da Economia Política: Livro I: o processo da produção do capital. 2ª Edição. Trad.: ENDERLE, Rubens. São Paulo: Boitempo, 2017a.

- Marx, Karl. O capital: Crítica da Economia Política: Livro II: o processo de circulação do capital. Trad.: ENDERLE, Rubens. São Paulo: Boitempo, 2014.
- Milanez, Francisco. Desenvolvimento Sustentável. In: CATTANI, Antônio David (org). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 76-84.
- Münster, Arno. Pour un socialisme vert. Paris: Nouvelles Éditions Lignes, 2012.
- Münster, Arno. Utopie, Écologie, Écosocialisme: De l'utopie concrète d'Ernst Bloch à l'écologie socialiste. Paris: L'Harmattan, 2013.
- NEW SCIENTIST. Special report: How our economy is killing the Earth. 15 Out. 2018a, p. 40-41. Disponível em: <https://www.newscientist.com/article/mg20026786-000-special-report-how-our-economy-is-killing-the-earth/?ignored=irrelevant>. Acesso em: 01 maio 2023.
- NEW SCIENTIST. Special report: The facts about overconsumption. 15 Out. 2018b. Disponível em: <https://www.newscientist.com/article/dn14950-special-report-the-facts-about-overconsumption/>. Acesso em: 01 maio 2023.
- OXFAM. Governar para las elites: Secuestro democrático y desigualdade económica. 20 Jan. 2014. Disponível em: <http://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/bp-working-for-few-political-capture-economic-inequality-200114-es.pdf>. Disponível em: 10 maio 2023.
- OXFAM. Wealth: Having It All and Wanting More. 19 Jan. 2015. Disponível em: http://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/ib-wealth-having-all-wanting-more-190115-en.pdf. Acesso em: 10 maio 2023.
- Riechmann, Jorge. De la economía A la ecología. Madri: Editorial Trotta, 1995.
- Riechmann, Jorge. El Socialismo puede llegar sólo em bicicleta. Madri: Catarata, 2012.
- Rockström, Johan et al. Planetary Boundaries: Exploring the Safe Operating Space for Humanity. In: Ecology and Society 14(2): 32, 2009. Disponível em: <https://www.ecologyandsociety.org/vol14/iss2/art32/>. Acesso em: 10 Jan. 2023.
- Rockström, Johan et al. Safe and just Earth system boundaries. 31 maio 2023. Nature (2023). Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41586-023-06083-8>. Acesso em: 5 jun. 2023.
- Rockström, Johan. Bounding the Planetary Future: Why We Need a Great Transition. Abr. 2015. Disponível em: <https://greattransition.org/publication/bounding-the-planetary-future-why-we-need-a-great-transition#top>. Acesso em: 15 fev. 2023.
- Rodrigues, Arlindo. Ecosocialismo: Uma utopia concreta. Düsseldorf: Novas Edições Acadêmicas, 2018.
- Steffen, Will. Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet. 15 jan 2015. SCIENCE. 15 Jan 2015 Vol 347, Issue 6223, p. 786. DOI:10.1126/science.1259855. Disponível em <https://www.science.org/doi/10.1126/science.1259855>. Acesso em 05 fev. 2023.
- Steffen, Will; Crutzen, Paul. J.; McNeill, John R. The Anthropocene: Are Humans Now Overwhelming the Great Forces of Nature? In: Source: Ambio, Vol. 36, No. 8 (Dec., 2007), pp. 614-621. Published

by: Springer on behalf of Royal Swedish Academy of SciencesStable. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25547826>. Acesso em: 10 maio 2023.

Tanuro, Daniel. Au Bord du gouffre, le scénario que le GIEC ne modélise pas. 10 ago. 2021. Disponível em: <https://www.gaucheanticapitaliste.org/au-bord-du-gouffre-le-scenario-que-le-giec-ne-modelise-pas/>. Acesso em: 30 maio 2023.

Tanuro, Daniel. L’Impossible Capitalisme vert. Pistes pour un anticapitalisme vert. Paris: Éditions La Découvert, 2012.

Tanuro, Daniel. Les fondements d’une stratégie écosocialiste. 4 avril 2011. Disponível em: <http://ecosocialistnetwork.org/Wordpress/wp-content/uploads/2012/03/TANURO-Fondements.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.

Tanuro, Daniel. Trop tard pour être pessimiste! Paris: Éditions Textuel, 2020.

Tible, Jean. Marx Selvagem. São Paulo: Annablume, 2013.

UNICEF. Thirsting for a future: Water and children in a changing climate. Mar. 2017. Disponível em: https://www.unicef.org/media/49621/file/UNICEF_Thirsting_for_a_Future_ENG.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023.

Weber, Max. A Ética Protestante e o “Espírito do Capitalismo”. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Welzer, Harald. Guerras Climáticas: por que mataremos e seremos mortos no século 21. São Paulo: Geração Editorial, 2010.

Índice Remissivo

A

ADO 26, 238, 262
Amazônia, 6, 7, 62, 63, 67, 68, 69, 70, 71, 72,
73, 74, 75, 144, 152, 249, 250, 251, 252, 255,
256, 257, 258, 259, 260

B

Brasil, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 41, 43, 45, 46,
47, 49, 52, 54, 56, 238, 239, 240, 241, 242,
243, 244, 245, 247

C

Covid-19, 157, 169, 172, 176
Criminalização, 244

E

Ecosocialismo, 192, 205
Estados Unidos, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24,
25, 26, 27, 28, 29

F

Facções, 70, 74
Fórum Social da Pan-Amazônia, 179
FOSPA, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 188, 189,
190, 191

G

Geografia, 62, 67

H

Homofobia, 245

M

Mineração, 126, 127, 251, 252, 258

N

Neoliberalismo, 181

S

Saúde, 6, 7, 8, 9, 13

Os organizadores



Tiago Siqueira Reis

Professor do curso de Licenciatura Intercultural, no Instituto de Formação Superior Indígena - Insikiran, da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em História pela Universidade Nova de Lisboa/Portugal, linha de pesquisa História Contemporânea. Pós-doutor no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF), pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). Licenciado em História e Sociologia, e bacharel em Turismo. Contato: siqueira.treis@gmail.com



Evânio Mascarenhas Paulo

Professor Adjunto, nível A, na Universidade Federal de Roraima, onde ocupa o cargo de Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras. Doutor em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Sul. Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará. Graduado também em Economia pela Universidade Regional do Cariri. Linhas de pesquisa: ciência social, em especial à Ciência Econômicas, sendo que elas estão contidas em revistas, livros e anais de congressos, tanto nacionais como internacionais, de reconhecida notoriedade. Contato: evanio.paulo@ufrr.br



9786585756488



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000

Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil

Telefone (66) 9608-6133 (Whatsapp)

<https://www.editorapantanal.com.br>

contato@editorapantanal.com.br